UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - RIO CLARO

EDUCAÇÃO FÍSICA

JULIA ELISEU DE OLIVEIRA

RACISMO E PRECONCEITO NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS SOBRE O TEMA

Rio Claro
2017

JULIA ELISEU DE OLIVEIRA

RACISMO E PRECONCEITO NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS SOBRE O TEMA

Orientador: Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de licenciada em Educação Física.

Rio Claro
2017

370.193 Oliveira, Julia Eliseu de
O48r Racismo e preconceito no âmbito escolar: uma análise de documentários brasileiros sobre o tema / Julia Eliseu de Oliveira. - Rio Claro, 2017
47 f. : il., fots.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

1. Sociologia educacional. 2. Racismo. 3. Preconceito. 4. Escola. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP - Adriana Ap. Puerta Buzzá / CRB 8/7987

DEDICATÓRIA

A minha amada irmã e grande companheira Déda, pelo amor e cuidado que me doou em toda minha vida.
Dedico-lhe essa pesquisa com intenção de me redimir pelos momentos em que fui omissa as suas dores quando vítima de racismo na escola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Olorum, Criador e Manifestador de todas as coisas, aos Sagrados Orixás e a todas as Entidades da Umbanda. Ao Pai Henrique D'Oxumaré, Mãe Daiana D'Iemanjá e Mãe Elizete. Aos meus pais Solange e Jurandir e minha irmã Déda que com muito amor, muita luta, respeito e dedicação tornaram possível a minha chegada até aqui.

Agradeço ao orientador desse projeto Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão por toda paciência e dedicação.

A minha vó Aparecida, vó Rosa, minhas madrinhas Carmen e Leila, meu padrinho Seu Quarenta, vó Tereza, a Teresinha e Telmo, tia Soninha, meus primos Derson, Lívia, Lidiane, Susana e Priscila, tia Sônia, vó Nazaré, tia Neide e tio Doíde, vó Benedita e mãe Rosangela.

A todos os irmãos de fé do Templo de Umbanda Lucia Oiá e Caboclo 7 Cachoeiras, em especial aos pais e mães pequenos e aos irmãos Isadora, Tamires, Leonardo, Natália e Nara.

Agradeço muito aos meus grandes amigos Lethicia, Doug e Odara, que acompanham e fortalecem minha caminhada há muito tempo. A Jéssica, Luiz Fernando, Bolacha, Ananda, Karol, Laura e Juliete.

Ao Projeto de Extensão Oro Ari que com certeza foi um portal para novas descobertas e me proporcionou momentos incríveis de muito crescimento.

E a todas as pessoas que contribuíram de uma maneira ou outra para a realização desse trabalho.

RESUMO

O racismo é um fenômeno ideológico que estabelece distinções entre grupos sociais sejam de natureza étnica, classista, territorial ou religiosa. No Brasil, são os negros as maiores vítimas dessa opressão. Para uma maior compreensão desse fenômeno, foi feito um apanhado histórico contextualizando a escrivão no Brasil, formação da identidade negra e aspectos da violência escolar no país. Atitudes discriminatórias são reproduzidas a todo momento e se estabelecem em todas instâncias sociais, como política, religião, folclore, culinária, educação, entre outras. Já em meados do século XIX o discurso civilizador da elite branca fortaleceu preconceitos étnicos e raciais que foram reproduzidos nas escolas indicando uma longevidade histórica das manifestações discriminatórias e por isso uma maior dificuldade de desconstruir determinados estereótipos. Assim, esse estudo teve como objetivo analisar e discutir sobre o racismo presente no âmbito escolar a partir de uma revisão literária e a metodologia de análise de filmes de Manuela Penafria. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com a utilização de dois documentários brasileiros: “Vista a Minha Pele (2003)”, de Joel Zito Araújo e “Alguém Falou de Racismo? (2002)”, dirigido por Claudius Ceccon e Daniel Caetano.

Palavras-chave: racismo.preconceito.escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **6**

2 RACISMO NO BRASIL **9**

2.1 Os negros e a escravidão no Brasil: uma SÍNTESE 9

2.2 O conceito de "raça" e branqueamento 11

2.3 As novas formas de expressão do racismo 14

3 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO: INTERFERÊNCIAS NEGATIVAS **17**

3.1 Estereótipos 17

3.2 Invisibilidade e autoestima 20

3.3 Material didático 22

4 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS **26**

4.1 Novas formas de violência 26

4.2 O negro e a violência escolar 29

5 ANÁLISE DOS DOCUMENTÁRIOS **32**

5.1 Vista a Minha Pele (2003) 32

5.2. Alguém falou de Racismo? (2002) 38

5.3 Discussão 42

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **44**

REFERÊNCIAS **45**

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata do tema do racismo e preconceito no âmbito escolar, a partir de uma análise histórica foram levantados pontos importantes sobre o negro na sociedade brasileira, apontando algumas dificuldades e desafios cotidianos que são reproduzidas na escola. A pesquisa surge da necessidade de se aprofundar no tema para que a partir de uma análise concreta das causas e consequências criem-se medidas consistentes no combate a discriminação racial que a primeiro momento pode (e deve) partir da escola, mas que naturalmente se estenderá para fora dela.

Racismo é um conjunto de ideologias e atitudes que segregam determinados grupos sociais por considerarem que uns são superiores a outros, podendo se manifestar de maneira sutil ou violenta. No Brasil os negros são vítimas de intolerância e preconceito devido a um processo histórico de escravidão e exclusão social que interfere diretamente nas relações interpessoais dos mesmos. O regime escravista no Brasil garantiu aos colonizadores europeus uma grande ascensão política e econômica em detrimento da força de trabalho dos povos escravizados, no caso dos negros estima-se que aproximadamente 38% dos africanos traficados chegaram aos portos brasileiros e a exploração do trabalho estava subordinada aos movimentos do capital comercial Europeu (IANNI, 1988). Esse regime escravista dividiu a sociedade brasileira e a organizou em duas partes desiguais: uma parte – branca – formada por cidadãos livres e a outra parte – negra – constituída de homens e mulheres escravizados, essa divisão configurou o comportamento das classes fundamentais: senhores e escravos (BOTOSSO, 2012). Nossa pesquisa abordou de forma sintética alguns elementos históricos do período de 1530 a 1888, durante a escravidão e a trajetória dos negros após a abolição que interferiram na organização atual da sociedade.

Mesmo com o fim da escravidão não foram criadas medidas para inclusão dos negros, eles ficaram à mercê de um sistema social falho e excludente, as consequências atingiram diversos âmbitos sociais como a saúde, política e educação, além de interferir negativamente no processo de formação da identidade causando dificuldades de auto aceitação devido às práticas racistas, a invisibilidade nos meios de comunicação, falta políticas públicas consistentes e aos materiais

didáticos deficientes, pensando nisso, foram analisadas questões relevantes para o processo da formação da identidade negra no Brasil.

A falta de mecanismos de inclusão baseadas em um falso discurso de democracia racial marcou uma nova forma de racismo no país chamada de “racismo moderno”, onde o preconceito passou a se manifestar de maneira discreta e sutil, porém não imperceptível. O nascimento dessa nova forma de racismo postula que as ideologias sobre a inferioridade genética racial que antes eram tidas como verdades absolutas se tornaram antiquadas após os anos 1970. Com isso os brancos tiveram que trocar a expressão formal de inferioridade racial, que era popular, por uma mais sutil (D’AMARIO, 2012 *apud* MCCONAHAY, 1986).

Porém trocar a expressão de inferioridade racial no Brasil não impediu que ela continuasse sendo reproduzida massivamente pela sociedade, o quadro de violências se manteve, mas dessa vez de forma menos escancarada. No caso da escola são comuns às situações de agressões físicas, verbais ou psicológicas motivadas pelo racismo, essas manifestações acontecem tanto entre os alunos quanto por parte dos agentes escolares, o que indica um grave problema no sistema educacional do país, além de uma falta de preparo desses profissionais. A violência na escola é um assunto delicado devido a sua complexidade, nessa pesquisa foram consultados para tratar do tema os autores Bernard Charlot e Miriam Abramovay.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivos analisar o processo histórico da trajetória dos negros no Brasil, investigar a formação da identidade e situações de violências escolares oriundas do racismo e preconceito a partir de revisões bibliográficas e análise de documentários com a intenção de refletir sobre o papel da escola nesse contexto. Para isso foram analisados dois documentários brasileiros sendo eles: “Vista a Minha Pele” (2003) de Joel Zito Araújo e “Alguém Falou de Racismo?” (2002), dirigido por Claudius Ceccon e Daniel Caetano, utilizando a técnica análise de conteúdo. Segundo Penafria (2009), existem várias maneiras de analisar filmes como: a análise textual que observa o filme como texto e o decompõe dando estrutura linguística a ele; a análise poética que entende o filme como uma programação e criação de efeitos; a análise da imagem e som onde o filme é visto como um meio de expressão e a análise de conteúdos que considera o filme como um relato e leva em conta principalmente o tema do mesmo (PENAFRIA, 2009).

No caso da análise de conteúdos em primeiro lugar é preciso identificar o tema do filme e em seguida faz-se um resumo da história e a decomposição do

filme, tendo como principal preocupação o que o filme diz a respeito do tema (PENAFRIA, 2009). Além disso, Penafria (2009) sugere outro mecanismo de análise de filme que também foi utilizado nessa pesquisa, à investigação a partir de fotogramas que dão suporte a reflexão, pois permitem fixar algo movente que são as suas imagens (PENAFRIA, 2009). A intenção é elencar os pontos levantados com as situações fictícias vivenciadas pelos personagens dos filmes, tratando de forma didática a questão do racismo e preconceito no Brasil.

Nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção 1, introdução, apresentando a temática do trabalho, a problemática de pesquisa, objetivos e metodologia. Na seção 2, o tema racismo no Brasil foi abordado através de uma breve síntese do processo de escravidão e suas consequências, baseados nas pesquisas de Octávio Ianni, Thales Azevedo, Jaci Maria Ferraz de Menezes, Giralda Seyferth, Fúlvia Rosemberg, Marcus Eugênio Oliveira Lima, Jorge Vala, entre outros. A seção 3, que trata da formação da identidade negra baseadas nas reflexões de autores como Nilma Lino Gomes, Regina Pahim Pinto e Ana Luiza Júlio. Na seção 4, que possui como tema a violência escolar e suas consequências, amparada principalmente nas pesquisas de Bernard Charlot e Miriam Abramovay. Na seção 5, onde foram analisados os dois documentários brasileiros, com a utilização de fotogramas a partir da metodologia de análise de filmes de Manuela Penafria. E por fim na seção 6, levantando as considerações finais diante de todos os temas abordados em nossa pesquisa.

2 RACISMO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é contextualizar a conjuntura histórica da consolidação do racismo no Brasil a partir de três aspectos: os negros e a escravidão; o conceito de “raça” e branqueamento social, e as novas expressões do racismo.

2.1 Os negros e a escravidão no Brasil: uma síntese

A trajetória dos negros trazidos da África para o Brasil é bastante significativa para o entendimento da história do país e sua organização atual. Uma das primeiras reflexões explícitas acerca do tema partiu de Von Martiuns, pouco antes de Independência. Para ele o Brasil não teria se desenvolvido diversamente sem o escravo negro (AZEVEDO, 1975).

Segundo Ianni (1988) na mesma época que a Europa introduz o *trabalho livre,* o Novo Mundo cria diferentes formas de trabalho compulsório, onde *trabalho escravo* era à base da produção e organização social das chamadas *plantations* e *encomiendas.* À medida que se expandia o capital comercial amplamente dinamizado com os resultados dos grandes descobrimentos marítimos, devido à colonização de novas terras e a formação dos *plantations*, engenhos e *encomiendas* acontecia na Europa à acumulação primitiva (IANNI, 1998).

> A acumulação primitiva poderia ser considerada o processo social isto é, político-econômico, mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo. Como processo de âmbito estrutural, a acumulação primitiva envolveu principalmente a força de trabalho e o capitalismo nos seguintes termos. Quanto à força de trabalho, o que ocorreu foi um divórcio generalizado e radical entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção [...] (IANNI, 1998. P. 17).
>
> [...] Quanto ao capital, o processo de acumulação primitiva envolveu intensa acumulação e concentração do capital, inclusive nos meios de produção. Apoiado na ampliação e intensificação do comércio internacional, nos quadros do mercantilismo, o capital comercial reproduziu-se em elevada escala. (IANNI, 1998. P. 17)

Diante disso, no Brasil os colonizadores buscaram a mão-de-obra desejada na costa Ocidental da África, onde Portugal já exercia o tráfico e comércio. No período de 1551 a 1856, aproximadamente, quatro milhões de africanos chegaram aos portos brasileiros (AZEVEDO, 1975). Os negros escravizados eram tratados

como mercadoria, objeto de negócio e transações florescentes, onde o poder público tinha autonomia para usá-los de diversas formas (FIGUEIREDO, 1977).

Esse regime escravista dividiu a sociedade brasileira e a organizou em duas partes desiguais: uma parte – branca – formada por cidadãos livres e a outra parte – negra – constituída de homens e mulheres escravizados, essa divisão configurou o comportamento das classes fundamentais: senhores e escravos (BOTOSSO, 2012).

A formação social escravista estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais (IANNI, 1998. p. 18). Aproximadamente 38% dos africanos importados foram para o Rio de Janeiro e de lá distribuídos à Bahia, Minas, Goiás, Pernambuco, São Paulo, Maranhão e Pará. Na Bahia e Maranhão o comércio de açúcar, algodão e tabaco foram mais intensos.

A história dos negros escravizados no Brasil foi marcada por uma dominação violenta e humilhante. O regime de servidão do país contribuiu para a intensificação do tráfico e por muito tempo a escravidão aconteceu de maneira dura e cruel. Os escravos eram sujeitos a trabalhos pesados e castigos sob condições de desnutrição e contágios a diversas doenças (AZEVEDO, 1975).

A exploração do trabalho do escravo estava subordinada aos movimentos do capital comercial Europeu, que comandava o processo de acumulação sem preocupar-se com o mando do processo de produção. Dessa forma o comerciante europeu enriquecia comprando barato e vendendo mais caro. Assim, o dinheiro se valoriza no processo de acumulação de mercadoria (IANNI, 1998).

Devido a diversas combinações de leis e costumes fundamentados em doutrinas católicas, os negros não tinham liberdade para manifestar sua religião, folclore e outros elementos culturais. A conversão (forçada) de pagãos para cristãos era condição para que fossem classificados com certo grau de civilização. Porém a “desumanidade” da escravatura, segundo as leis de Deus e da burguesia só passa a ser notada quando o capitalismo generaliza a ideia de que o lucro se produz no processo de produção (IANNI, 1998). Dessa forma o sistema produtivo se torna ultrapassado e a partir disso, estabelece um dilema entre liberdade e escravidão.

Existiram, assim, duas fases: uma que se concentra na extinção do tráfico, para estancar a fonte de fornecimento de escravos; a segunda, voltada para o final da escravidão (MENEZES, 2009. P. 86). Foram criados vários modelos para isso, como o reconhecimento ao escravo do direito a sua própria compra, com

reconhecimento de direito de formar pecúlio para este fim; a liberdade concedida sob a condição de prestação de serviços do ex-escravo ao seu ex-senhor por tempo determinado; a lei do ventre livre, onde a escravidão deixava de se transmitir por nascimento, e em alguns casos até a libertação incondicional e sem estabelecimento de indenização (MENEZES, 2009).

A abolição do trabalho escravo pelo trabalho livre representava a transformação do processo produtivo na categoria principal de criação de lucro. Além disso, a luta dos escravos por liberdade foi um elemento de pressão eficaz para o fim da escravidão. Como consequência de um processo de muitas contradições e conflitos entre proprietários, seus representantes e os escravos, no dia 13 de maio de 1888 finalmente é sancionada a Lei Áurea, que tinha por finalidade libertar todos os escravos que dependiam dos senhores de engenho e da elite cafeeira (SANTOS, 2013).

A partir disso foram aplicados novos métodos de organização social e técnica dos processos produtivos e dessa forma o capitalista fez crescer a capacidade produtiva da força do trabalho (IANNI, 1988). Por mais que a abolição representou uma conquista para os negros, estes não foram absolvidos em sua totalidade, não houve um projeto efetivo de integração que permitisse que os antigos escravos se sustentassem de forma independente. Dessa forma, muitos continuaram prestando serviços aos seus senhores para garantir moradia e alimentação (SANTOS, 2013). E com isso, os negros continuaram aprisionados a relações sociais excludentes e violentas, que são vivenciadas ainda hoje.

2.2 O conceito de “raça” e branqueamento

“Raça” é um termo que carrega diversos sentidos e a partir deles são criados esquemas classificatórios que podem acontecer tanto num sentido científico e biológico, quanto ideológico. Devido a uma falta de critérios consistentes para essas classificações ao longo da história foram criadas uma série de taxonomias que na maioria das vezes não representavam veracidade. Uma das primeiras classificações sistemáticas foi a de Cuvier que dividiu a humanidade em três subespécies — caucasiana, etiópica e mongólica — e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais. Já Lineu em 1758 identificou cinco tipos raciais, sendo eles:

americano, europeu, asiático e africano. Mais tarde em 1806, Blumenbach estabeleceu cinco raças: caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia (SEYFERTH, 1995).

Todas essas classificações buscaram uma interpretação “natural” para explicar esses “agrupamentos” sociais. Sobre tudo a cor da pele foi à característica mais importante para estabelecer essas divisões. A forma dos cabelos e dos olhos, a estatura, diversos índices cranianos e faciais, o peso e o volume do cérebro, entre outros traços fenotípicos, também contribuíram às distinções raciais realizadas desde o século XIX (SEYFERTH, 1995).

No Brasil o legado da escravidão e posteriormente as práticas racistas contribuíram de maneira significativa para as reflexões sobre “raça”. Inicialmente as reflexões a respeito, entendiam as distinções de raça com um fator biológico, negando dessa forma que reproduziam uma visão preconceituosa. Mas, posteriormente outras formas de olhar foram sendo desenvolvidas, como as classificações apoiadas a características socioeconômicas, onde as diferenças não se dão só por cor, mas também por status social. Para Rosemberg (1998), a classificação não é determinada somente pela origem, havendo a possibilidade da passagem por uma “linha de cor” em decorrência desta combinação fenotípica e do status do indivíduo, traduzindo o ditado de que “o dinheiro embranquece”.

Voltando a visão biológica, é possível analisar o processo histórico relacionado à “raça” e o racismo que acarretaram na organização social atual do país, onde os negros ocupam posições de desvantagens econômicas, políticas, sociais, entre outras. Em meados da década de 1930, surge à palavra “racismo”. Para Banton (1977) surge para identificar um tipo de doutrina, que em essência, afirma que a raça determina a cultura (SEYFERTH, 1995. P. 178). O racismo chegou ao Brasil como uma ideia de ciência, onde a superioridade do branco era explicada como uma questão biológica e a partir desse pensamento foi planejada uma nação moderna e majoritariamente branca, impulsionando dessa forma o incentivo à imigração europeia, esse processo ficou conhecido como “branqueamento social”.

Quando se analisa o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro (CARONE; BENTO, 2002). Ou seja, se fortaleceu uma política imigratória acreditando que os negros e mestiços eram raças

inferiores e que isso prejudicava o desenvolvimento econômico e modernização do Brasil.

Apoiados a uma visão Darwinista da seleção natural das espécies, Lapouge e Paul Broca influenciaram vários autores brasileiros como Silvio Romero (em 1888), J.B. de Lacerda (em 1911), Oliveira Vianna (em 1920 e 1922) que basearam suas pesquisas no chamado *darwinismo social* (SEYFERTH, 1995). Uma teoria da evolução da sociedade que acredita na existência de comunidades superiores a outras, e que essas que se sobressaem intelectual ou fisicamente devem ocupar os espaços de poder, enquanto as outras, consideradas menos capazes deixariam de existir por não acompanhar a evolução da sociedade.

Lapouge acreditava que deveria ser implantado um método de controle absoluto de fertilidade para evitar que se “proliferassem” os indivíduos considerados inferiores, deveria ser feita uma dessa forma uma “limpeza” étnica racial. Paradoxalmente, os darwinistas sociais acreditavam que, através da operação da seleção natural, podiam ser criadas raças puras apesar da diversidade (baseando-se na convicção da superioridade branca) (SEYFERTH, 1995. P. 180).

Fernandes ao interpretar as relações sociais no período pós-abolição admite que diante da tentativa de embranquecer o país e do processo de modernização dos meios de produção se configurou uma nova ordem social, onde a sociedade passou a ser competitiva e dividida em classes. Para ele, apesar de reconhecer a existência desigualdades sociais marcantes, acreditava-se que a discriminação social tenderia a diminuir com o desenvolvimento industrial (ROSEMBERG, 1998). Porém o que ficou foi à marginalização dos negros e reforçou o padrão de distribuição regional, onde os negros concentraram-se nas regiões menos desenvolvidas com oportunidades ocupacionais e educacionais limitadas.

Além disso, ao estabelecer um grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que fortaleceu a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acabou legitimando sua supremacia econômica, política e social (CARONE; BENTO, 2002). Ou seja, a tentativa de hegemonizar uma raça “superior” no Brasil afastou a possibilidade da população negra de se desenvolver econômica, política e socialmente e reforçou as práticas racistas mesmo no período pós-abolição.

2.3 As novas formas de expressão do racismo

O racismo surge na cena política brasileira, como doutrina científica, ideia de que as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, na natureza e na constituição do ser humano. Dessa forma, a igualdade política e legal seria, portanto, a negação artificial e superficial da natureza das coisas e dos seres. Essa forma de pensar impulsionou o aparecimento da ciência da biologia e da filosofia política liberal, dando início ao que podemos chamar de racismo moderno (GUIMARÃES, 2004).

A primeira conceituação de “novos racismos” aparece em 1970 e surge por meio do conceito de racismo simbólico. Este está associado à crença de que os negros estão indo muito longe na luta por direitos iguais e com o desejo de restrição das políticas de ação afirmativa (LIMA; VALA apud SEARS; KINDER, 1971; SEARS; MCCONAHAY, 1973). A teoria do racismo moderno, por sua vez, surge de uma necessidade empírica: medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, quando as normas sociais inibem as expressões abertas de racismo (LIMA; VALA, 2004. P. 404).

A discriminação contra os negros passou a acontecer de forma sutil. O nascimento dessa nova forma de racismo postula que as ideologias sobre a inferioridade genética racial se tornaram antiquadas após os anos 1970. Assim, os brancos tiveram que trocar a expressão formal de inferioridade racial, que era popular, por uma mais sutil (D’AMARIO, 2012 apud MCCONAHAY, 1986).

De maneira sintética, podemos entender o racismo moderno em quatro conjuntos de crenças e avaliações: a) a discriminação é uma coisa do passado porque os negros já podem competir e adquirirem coisas que desejam; b) os negros estão subindo economicamente muito rápido em setores nos quais não são bem-vindos; c) os meios e as demandas dos negros são inadequados ou injustos e, d) os ganhos recentes dos negros não são merecidos e as instituições sociais lhes dão mais atenção do que eles deveriam receber (LIMA; VALA, 2004 apud MCCONAHAY, 1986).

> Há um racismo velado, não revelado publicamente, mas que se efetiva em palavras e atos especialmente em contextos de interiorização do outro, situações de conflito, disputas, desconfianças, ameaças hierárquicas e medo de perda de poder em relação ao outro classificado como negro, indígena, imigrante, entre outros. (ASPECTOS...,ano 2003, p.2)

As novas teorias sobre o racismo, afirmam de que as novas expressões racistas são disfarçadas e indiretas, e caracterizam-se pela intenção de não ferir a norma da igualdade e de não ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária dos atores sociais (LIMA, VALA, 2004). Ou seja, as práticas racistas continuam acontecendo na maioria dos âmbitos sociais, mas agora velada e disfarçada numa falsa teoria de igualdade racial. Porém, ao contrário disso, o que se observa é uma série de atitudes cotidianas que colocam os negros em posições de desvantagens, jogados a sua própria sorte, sendo obrigados a se submeterem a trabalhos mal remunerados, moradia e educação precárias e a humilhações diárias oriundas do racismo.

Em 1995, o Instituto Datafolha fez um amplo levantamento sobre racismo no Brasil e comprovou que 89% dos brasileiros afirmam que existe preconceito de cor contra negros, mas somente 10% confirmam que têm um pouco ou muito preconceito. Portanto, de forma indireta, 87% dos entrevistados concordam inteiramente ou parcialmente com enunciados preconceituosos em relação aos negros (ASPECTOS...,ano 2003, p.2). Com essa nova forma de racismo os negros no Brasil encontram dificuldades de ascensão e inclusão na sociedade, além de vivenciarem diariamente um mal-estar social. A falta de representação na mídia, política e nos espaços de poder em geral acarreta uma série de sensações negativas, que muitas vezes são pouco explícitas e entendidas devido à sutileza e perversidade do racismo moderno.

Diante desse capítulo é possível observar que o racismo no Brasil se estabeleceu de forma sistemática. O regime escravagista dividiu a sociedade em duas partes desiguais, uma branca e outra negra e o período de pós-abolição a reorganizou novamente sob uma nova perspectiva social segmentada por classes. A partir desse momento se intensificaram as reflexões a respeito do que seria “raça”, pois era necessário justificar as práticas desiguais no país. A princípio o teor científico e biológico se encarregou de explicar a necessidade de segregação entre essas duas partes da sociedade, afirmando que naturalmente existem raças superiores às outras e as que se sobressaem tem o papel de governar. Essa forma de pensar impulsionou a imigração de europeus, numa tentativa de embranquecer o país, fortalecendo ideologias racistas.

Mais tarde, em meados de 1970 alguns autores trouxeram novos apontamentos para a questão do racismo. Surge então o chamado “racismo

moderno” numa necessidade de medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, pois a normas sociais tornavam invisíveis às expressões abertas de racismo, que passou a ser velado e sutil. Porém não deixou de existir e se manifesta dessa forma ainda hoje na maioria dos âmbitos sociais, gerando grandes dificuldades de ascensão e auto aceitação para a população negra.

Nos próximos capítulos serão discutidas as consequências desse processo histórico para a vida dos negros no Brasil. Tanto num sentido pessoal, de formação de identidade e autoconhecimento, quanto institucional, dentro do contexto escolar.

3 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO: INTERFERÊNCIAS NEGATIVAS

Nesse capítulo serão levantados apontamentos sobre as interferências negativas na formação da identidade dos negros a partir da análise de: estereótipos, suas causas e consequências; a relação entre invisibilidade e autoestima e o papel do material didático diante disso.

3.1 Estereótipos

Estereótipos são generalizações que determinados grupos elaboram sobre comportamentos ou características dos outros. É uma noção preconcebida e na maioria das vezes automática inserida no subconsciente pela sociedade. O primeiro estudo sistemático a respeito dos estereótipos foi apresentado por Walter Lippmann, um jornalista norte-americano, em 1922. Lippmann sugeriu que a vida moderna obriga a sociedade a tomar uma série de decisões paras as quais não estão preparados, pois falta um repertório informacional adequado que guie de forma racional essa decisão, isso faz com que os indivíduos pertencentes a ela se sustentem em um conjunto de crenças que são compartilhadas pela sociedade sem juízo avaliativo a partir da visão de mundo baseada principalmente nas interpretações da classe dominante. Com isso, por uma falta de conhecimento da realidade as informações são repassadas então sem nenhum filtro. Para Lippmann, o estereótipo é uma impressão que marca determinantemente as relações sociais, mas devem ser reavaliados e remodelados porque sofrem alterações de acordo com o contexto.

No final dos anos 1960 John Harding repensa o conceito de estereótipo. Na Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais (1968), o autor afirma que o estereótipo é tão simples quanto complexo e diferenciado, tão errôneo quanto correto, adquirido tanto de segunda mão quanto a partir de uma experiência real (HARDING, 1968 apud AMOSSY; PIERROT, 2011, p. 30), uma visão dual do contexto.

Mais tarde Jameson, sociólogo norte-americano apresenta novas considerações sobre o tema, para ele um estereótipo seria um “tipo social”, uma representação comum compartilhada que não necessariamente é coerente com a

realidade, sendo ela uma representação social, indo de acordo com a visão de Lippmann.

Outros pensadores como Homi Bhabha (2013), Ruth Amossy (1991 e 2011), Stuart Hall (2006 e 2013) discorreram mais tarde sobre o assunto. Ruth Amossy considerou o estereótipo como um instrumento de distinção entre grupos sociais diferentes. Já Bhabha (2013) traz ao tema a noção de estereótipo como simplificação, não por apresentar falsos julgamentos sobre uma realidade, mas sim porque é uma forma fixa de representação, que nega a diferença e cria um problema para a representação do sujeito em suas relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2013).

É certo que mesmo diante das diferenças de interpretações a cerca dos estereótipos, todas admitem que são crenças compartilhadas sobre características de um grupo alvo (BAR-TAL, 1997; HAMILTON;STROESSNER; DRISCOLL, 1994; KLACZYNSKI, GOOLD; MUDRY, 2004; PEREIRA, 2002; STANGOR; SCHALLER, 1996; ZEBROWITZ, 1996 apud AMOSSY; PIERROT, 2011).

Segundo Zebrowitz (1996), a aparência física possui um papel importante na formação dos estereótipos, pois é uma forma simples de distinguir os membros do grupo-alvo. As aparências podem remeter tanto a características individuais quanto a sócio-culturais ou socioeconômicas. Para Cunin (2003) a cor da pele, mais do que um atributo objetivo aos indivíduos pode ser entendida como um vetor de classificação social do outro. A aparência física favorece significações e tensões construídas no contexto das relações raciais e do racismo brasileiro. O corpo nas relações raciais serve de base em que as relações de poder e de dominação classificam e hierarquizam os diferentes grupos sociais (PAIM; PEREIRA, 2011; GOMES 2003).

Telles (2003) afirma que as classificações raciais determinam privilégios e poder sobre determinados grupos, ou seja, os estereótipos formados são responsáveis por estabelecerem as relações dentro da sociedade, pois a partir dele se constroem generalizações sobre comportamento ou caracteristicas físicas de um grupo-alvo, essas generalizações geralmente são baseadas em generalizações de situações anteriores, muitas vezes sem ligação com as atuais (TELLES, 2003 apud PAIM; PEREIRA, 2011).

Para Cunin (2003) a percepção da cor faz com que sejam criados esquemas cognitivos incorporados, normas sociais implícitas, valores culturalmente difundidos, e isso tanto para os negros quanto para os brancos determina a sua postura diante da sociedade, a posição que se insere e a forma de pensar e agir a partir disso. Dessa forma são criados os estereótipos que determinam o que é bonito e a qual grupo isso pertence, fatores culturais “bem vistos”, qual o lugar ou quais cargos determinados grupos devem ocupar e assim consecutivamente (CUNIN, 2003 apud PAIM; PEREIRA, 2011).

Para Pereira (2002) os estereótipos podem ser caracterizados em quatro aspectos importantes, o consenso, a homogeneidade, a distintividade e a saliência. Onde o consenso fala sobre o nível de concordância pelos percebedores a respeito dos estereótipos. A homogeneidade diz respeito a ideia de que os membros da categoria-alvo são iguais. A distintividade que é um suporte para diferenciar o grupo-alvo dos demais. E a saliência que dá a possibilidade de inclusão de um membro do grupo alvo caso convenha.

Essa forma de analisar os estereótipos é muito rica, pois é possível visualizar o negro dentro dessa perspectiva, se tratando do consenso é nítida a diferença entre negro e branco demonstrados pela mídia, o negro quase não aparece, mas quando aparece é sempre em segundo plano ou carregando uma série de estereótipos negativos, sendo que a beleza e comportamento branco sempre é tratada como um padrão de referência. Em relação à homogeneidade, muitas vezes os classificam como iguais e dessa forma se tem uma visão análoga dos membros do grupo-alvo, assim fica mais fácil de identificá-los e a reprodução dos estereótipos é mais eficaz. Em relação à distintividade é uma forma de favorecer a exclusão, uma vez que fica bem clara a diferenças entre os que são ou não membros do grupo-alvo. E no caso da saliência é possível usar como exemplo os cabelos dos *rastafari*, chamados *dreadlocks*, são marcadores que distinguem os membros deste grupo. Além disso, quanto mais saliente os “*dreads*” no *rastaman*, maior a possibilidade de inclusão deste membro pelos seguidores desta expressão cultural (PAIM; PEREIRA 2011; BLARIR, JUDD; FALLMAN, 2004).

Com isso, fica claro que os estereótipos estão impregnados no meio social e causam uma série de impactos na maneira que as informações são efetivadas e isso influencia diretamente no comportamento interpessoal. Para Fiske (1998), os estereótipos fundamentam atitudes negativas e preconceituosas além dos atos

discriminatórios que se manifestam nas circunstâncias onde acontece um tratamento injusto em decorrência da afiliação de uma pessoa a um grupo social.

3.2 Invisibilidade e autoestima

Os negros lidam constantemente com injustiças oriundas do racismo e preconceito dentro da sociedade, mas são poucos os que conseguem captar de maneira precisa de onde partem essas dificuldades (SANTOS, 2013). Os negros. Estão não apenas ausentes dos meios de comunicação, mas também parecem não ter importância em um âmbito geral, como no planejamento de políticas públicas ou na formação de um material pedagógico nas escolas. Para Santos (2013), a invisibilidade da questão racial deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute e nem se deseja notar ou discutir. É como se não existisse.

Ao se pensar no significado da palavra “negro” de acordo com alguns dicionários já se observa uma série de conotações pejorativas como: sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando, entre outras, de maneira a determinar os indivíduos desse grupo racial. Nas novelas, filmes ou comerciais de TV os negros aparecem muito pouco e geralmente possuem suas imagens carregadas de estereótipos negativos. Na maioria das vezes aparecem como esportistas, músicos ou empregadas domésticas. Vale ressaltar que as profissões em si não apresentam nenhuma ilegitimidade, mas a associação reducionista do negro somente a elas é um fator negativo. Além disso, são constantemente associados à miséria, desemprego e violência, sendo tratados como um grupo racial problemático.

Desde muito cedo é imposta pela classe dominante uma visão de superioridade branca, sendo ela a fonte dos padrões de inteligência e beleza. Mesmo para os negros é imposta a construção de um ideal de ego branco. E isso interfere bruscamente na formação de suas identidades, pois ela vai se desenvolvendo de forma dissociada a sua realidade, causando grandes impactos também na formação da autoestima.

Na escola, onde para a maioria acontecesse o início de sua formação pessoal, para além do âmbito familiar, muitas vezes os alunos negros são vistos também a partir de estereótipos negativos construídos, as diferenças étnicas/raciais

são tratadas como deficiência devido a falta de esforço para um olhar mais sensível e apurado, falta de preparo dos profissionais e a falta de um material didático consistente e inclusivo. Como resultado alguns alunos apresentam dificuldades escolares que muitas vezes são tratadas a partir de um “psicologismo” desconsiderando a questão histórica, social e econômica que incidem sobre o povo negro, assimilando a comportamentos individuais como se os alunos com dificuldade de aprendizagem fossem “indisciplinados”, “lentos” ou portadores de “deficiências” (GOMES 2002). Esse “psicologismo” disfarça o caráter excludente da estrutura escolar brasileira, reduzindo a situações dos alunos negros a um fator meramente psicológico.

> O mais sério é que, dada à invisibilidade da questão racial na escola, muitas vezes, os educadores e educadoras, ao adotarem tais práticas, sequer percebem que essas salas são formadas por uma grande parcela de alunos negros e pobres. Também não questionam o peso de tal iniciativa na construção da autoestima e da expectativa escolar desses alunos e de suas famílias. (GOMES, 2002. p. 41)

A maioria dos alunos negros que se evadem é por não conseguir tolerar mais fracassos, sentimentos de baixa autoestima e autovalorização. Esse sentimento de baixa autoestima se deriva do ambiente sócio histórico, reforçada pelas ações da escola sobre o indivíduo considerado “inadequado”, daí a evasão e repetência (PARÉ apud HAMACHECK, 1979).

A estrutura escolar no Brasil é ainda muito falha, pois favorece as desigualdades e exclui os alunos e alunas negras através do seu modo de pensar e agir. De acordo com Gomes (2002) essa exclusão acontece de diversas maneiras como: a forma que esses alunos são tratados, pela ausência ou superficialidade das discussões sobre a questão racial na escola, pela baixa expectativa dos professores em relação a esses alunos, pela exigência de ritmos específicos de desempenho entre outras atitudes.

Partindo de uma visão psicossocial do que é autoestima, alguns autores como Julio (2011), acreditam que o processo de autoestima está totalmente ligado ao autoconhecimento.

> Quanto mais a pessoa possa se autoconhecer, reconhecendo-se enquanto indivíduo, assim como um sujeito em contínua relação com outros sujeitos, maiores serão as possibilidades de que possa superar suas limitações e ampliar suas possibilidades e, em assim

> sendo, transforma-se e melhorar-se como sujeito nas contínuas aprendizagens a que o cotidiano nos lança. (JULIO, 2011. p. 62)

Pensando nisso é possível observar o quanto a invisibilidade afeta os alunos e alunas negras nesse processo, uma vez que esses precisam desenvolver uma imagem de si, partindo de pressupostos e com pouquíssima representatividade positiva. Segundo Julio (2011) quando se valoriza e respeita a cultura de um povo entendendo seus direitos de expressão o ambiente se torna propício para que a autoestima se manifeste do contrário abre-se espaço para relações opressoras entre determinados grupos sociais. Não é fácil construir uma identidade negra positiva, pois está diretamente relacionada ao potencial educacional, de lazer, trabalho assim como de cultura impostos por uma sociedade racista e pouco democrática (JULIO, 2011).

3.3 Material didático

A partir dos estudos de Florestan Fernandes juntamente com Octavio Ianni, Thales de Azevedo, Charles Wagley, Roger Bastide, Noemi Silveira, Dante Moreira Leite, Fernando Henrique, Ana Célia Silva e Regina Pahim Pinto em meados dos anos 50 se iniciaram os primeiros estudos sobre “preconceitos e estereótipos” nos livros didáticos no Brasil, que contribuiu para problematizar o mito da democracia racial (ROSEMBERG; BRAZILLI; SILVA; 2003). Com o avanço dessas pesquisas o movimento negro foi se interessando e denunciando o racismo no livro didático, visando uma proposta mais ampla de alteração curricular (SILVA, 1987; TRIUMPHO, 1987).

A partir disso os grupos de pesquisa foram se expandindo significativamente, procurando aprender e compreender o racismo brasileiro (ROSEMBERG; BRAZILLI; SILVA; 2003). Dessa forma outros pesquisadores como Rosemberg (1980), Pinto (1981), Negrão (1988), Piza (1995), Bazilli (1999) e Nilma Lino Gomes (2002) se debruçaram sobre o tema.

Negrão (1988) buscou estudar o material didático sob três óticas diferentes: o preconceito explícito no livro didático; estereótipos e discriminações veladas, e por último a discriminação no próprio gênero literário. Ou seja, ela não apresentaria

apenas uma imagem deteriorada do negro, mas teria como pressuposto a interlocução de um leitor branco (ROSEMBERG; BRAZILLI; SILVA; 2003 p. 132).

Leite (1950), em sua pesquisa “Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros”, buscou compreender o racismo presente no livro didático em sua forma explícita, apontando possíveis tratamentos discriminatórios que mais tarde foram confirmados e trouxeram para esse campo de estudo grandes contribuições, impulsionando futuras pesquisas.

No final dos anos 1970, e no transcorrer dos anos 1980, ocorreu uma nova onda de estudos que tratam direta, ou indiretamente, do tema, o que parece ser fruto tanto de novas tendências nos estudos sobre relações raciais no Brasil, quanto de movimentações no campo da educação (ROSEMBERG; BRAZILLI; SILVA; 2003 p. 133).

Silva (1995) em “A desconstrução da discriminação no livro didático”, levantou diversos apontamentos acerca do tema. Segundo a autora, as culturas oriundas dos grupos subordinados não são consideradas como tradição e dessa forma são minimizadas e invisibilizadas no currículo. Os negros são sempre representados de maneira estereotipada e caricatural, já os brancos são vistos como os representantes da espécie carregando um sentido de normalidade. A reprodução desses estereótipos podem gerar auto-rejeição e negação seus próprios valores culturais, dando preferência à estética e cultura dos grupos dominantes (SILVA, 1995).

Além disso, os brancos nos livros didáticos sempre apresentam uma maior gama de atividades ocupacionais:

> Enquanto os brancos exercem 36 tipos de atividades ocupacionais, os negros e mestiços aparecem, respectivamente, em apenas cindo tipos de atividades diferentes. Além do mais, as atividades mais frequentes entre os brancos são aqueles que denotam maior prestígio e poder, enquanto que as funções mais humildes são desempenhadas, predominantemente, por personagens negros e mestiços. (PINTO, 1987. P. 88)

A visão de humanidade ideal é representada pelo branco, classe média e isso é reproduzido desenfreadamente, passando no senso comum de todos, independente da raça/etnia. Infelizmente os professores também internalizam esse senso comum e por conta disso dá-se a importância de uma formação específica e

sólida para os professores, principalmente do ensino fundamental para que tenham condições de identificar e corrigir esses estereótipos.

> Acredito que desmontar os estereótipos possa vir a ser um dos objetivos específicos dos cursos de formação de professores, especialmente para os das séries iniciais, como uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal. (SILVA, 1995. P. 23)

Vale ressaltar que para muitos o livro didático é o único recurso de leitura e dessa forma a única referência literária, por isso é muito problemático que as representações sejam preconceituosas ou incondizentes com a realidade cotidiana dos alunos. A criança negra é ilustrada e descrita através de estereótipos que a inferioriza e exclui do processo de comunicação, uma vez que o autor do conteúdo se dirigiria apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas (SILVA, 1995).

Há inclusive uma maior proporção de personagens históricos e famosos entre os brancos do que entre os negros, enquanto que, entre estes há uma maior proporção de personagens folclóricos (PINTO, 1987. P. 89). Além disso, o número de personagens negativos negros também é muito maior do que brancos, e muitas vezes são denominados pela etnia, enquanto os brancos por seus atributos familiares.

Outro fator prejudicial, devido à má representação nos livros didáticos é que o compartilhamento desses estereótipos gera em alguns professores uma baixa expectativa sobre as alunas e os alunos negros, acredita-se na visão errônea e cruel de que estes são menos inteligentes e esforçados, o que dificulta ainda mais o processo de ensino-aprendizagem dentro do contexto escolar.

Silva (1995) aponta como possível solução a implementação de atividades onde as crianças criem outros papéis para as homens e mulheres negras, a fim de desconstruir a invisibilidade da diversidade de papéis. Uma vez que as possibilidades do negro sempre aparece de forma moldada e em menor proporção. Pinto (1987) afirma que há necessidade de alertar para os responsáveis da elaboração dos livros didáticos, assim como para os alunos e professores que existem neles diversas informações discriminatórias e omissas. É urgente que se

atue na formação de professores para que eles se sensibilizem para essas questões e possam levar para seus alunos a se tornarem críticos desses materiais instrucionais (PINTO, 1987. P. 89).

Contudo pode-se observar que a formação e reprodução de estereótipos negativos no dia-a-dia e material didático interfere no desenvolvimento da autoestima das crianças e jovens negros, pois falta uma representatividade positiva que sirva de impulso para a auto aceitação e o conhecimento pessoal. No próximo capítulo será analisada a questão da violência escolar e como a formação de estereótipos e a formação da identidade negra interferem nesse ponto.

4 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A violência escolar é um tema complexo e muito amplo, nesse capítulo foi feita uma análise das suas novas formas num âmbito geral e mais especificamente sobre as violências originárias do racismo e preconceito no Brasil.

4.1 Novas formas de violência

A violência escolar não é uma ocorrência recente, porém vem assumindo novas formas é um problema comum tanto em escolas públicas e estaduais como particulares. O que vem acontecendo é um envolvimento cada vez mais precoce em situações conflituosas, alunos muito jovens diversas vezes revelam-se violentos até frente aos adultos, até mesmo no maternal já são observados comportamentos violentos que levam os professores a refletirem e se preocuparem com como serão os comportamentos desses alunos na adolescência (CHARLOT, 2002).

Além disso, as formas de violência estão cada vez mais graves como homicídios, estupros ou agressões com armas. Mesmo sendo acontecimentos raros geram preocupações por parte de profissionais da escola, alunos e familiares, esse sentimento causa uma angustia social face a violência escolar e prejudica o processo de ensino-aprendizagem pois um ambiente denso e pouco confortável impede que os indivíduos que convivem nesse espaço sintam-se satisfeitos e acolhidos pela escola.

Mesmo diante de inúmeras investigações científicas a respeito, não existe uma definição exata de como se desenvolve a violência escolar, isso porque ela pode partir de diversos fatores como: forma de administração da escola, formação deficiente dos professores, falta de investimento com a escola, localização, material didático, entre outros. Além disso, o momento histórico e os aspectos culturais contribuem para a formação do quadro de violência escolar, pois as práticas de ensino são correspondentes à visão de mundo de determinados grupos sociais, que se encarregam de criar estereótipos e reproduzi-los de maneira desenfreada e muitas vezes agressivas.

Segundo Abramovay (2008), no Brasil a escola passou por um grande processo de massificação a partir dos anos 60 quando começou a receber a população que

estava distante dela, mas a escola não atendeu a essa demanda, pois o número de alunos aumentou e os investimentos não, os professores que antes lecionavam para grupos pequenos tiveram que passar a professorar para diversos alunos com realidades distintas sem uma preparação prévia e em alguns casos sem modificações salariais. A autora acredita que esse foi um dos fatores que contribuiu para a formação de um novo quadro de violência escolar, pois a escola passou a refletir problemas sociais decorrentes de uma má administração governamental. Para ela, a escola passou a integrar mais, porém também excluiu numa proporção maior (ABRAMOVAY apud MARTUCELLI, 1998).

Os fatores de violência passaram a gerar uma angustia social, pois se instalou um clima de tensão diretamente proporcional ao nível de violências vivenciadas e quanto maior a frequência maior também é o número de evasão escolar. Essa angústia atinge não só os agentes escolares, mas os alunos que em muitos casos não possuem suporte suficiente para se defenderem ou até mesmo para não reproduzir.

A administração das escolas é um fator importante no estudo das violências escolares, muitas vezes as regras que possuem o papel de estabelecer a ordem e evitar situações de conflitos, são instrumentos de controle severos e pouco flexíveis, dificultando o diálogo entre os alunos e agentes escolares. Com isso, os jovens não se sentem sujeitos do que acontece na escola, mesmo que os assuntos tenham diretamente relação com eles, dificultando que se protejam ou denunciem situações de injustiça (ABRAMOVAY, 2008).

Pode-se dizer que atualmente a violência escolar é um fenômeno estrutural e não mais acidental. De acordo com Charlot (2002) ela se dá em três aspectos distintos: violência na escola, à escola e da escola. A violência na escola é aquela que acontece dentro do espaço escolar, entre os próprios alunos; a violência à escola se dá contra professores, funcionários ou ambiente escolar e a violência da escola é institucional, a qual os jovens suportam através dos seus agentes.

> É preciso, inicialmente, distinguir a violência na escola, à violência à escola e da escola. (...) A violência na escola é aquela que produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Pode-se, contudo, perguntar por que a escola, hoje, não está mais ao abrigo de violências que outrora se detinham

> nas portas da escola. (...) A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aquelas que representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas [...] (CHARLOT, 2002. P. 432)
>
> [...] Esta distinção é necessária: se a escola é largamente (mas não totalmente) impotente face à violência na escola, ela dispõe (ainda) de margens de ação face à violência à escola e da escola. (CHARLOT, 2002. P. 432)

Pensando nisso, a violência escolar pode fazer alusão a características do indivíduo como etnia, constituição genética, sexo, idade, história de vida, dinâmica familiar ou a instituição escolar como localização, instalações físicas, recursos humanos disponíveis, método de ensino empregado, ideologias, histórico da instituição, entre outros, ou até mesmo relacionados a aspectos da sociedade na qual a instituição escolar se insere, podendo ser democrática ou não, com maior ou menor desigualdade socioeconômica, com ou sem igualdade de gênero e de etnia. Os alunos envolvidos nos conflitos são cada vez mais jovens e demonstram atitudes agressivas com outros alunos ou funcionários como professores e coordenadores.

> [...] Os envolvidos com a violência escolar podem desempenhar diversos papéis como atores do fenômeno. Estes podem ser autores de comportamentos violentos, alvos de tais comportamentos ou testemunhas de tais atos e/ou de suas consequências (PEREIRA; WILLIAMS, 2010, P. 49).

É imprescindível entender que um mesmo indivíduo no contexto da violência escolar pode intercambiar essas diferentes posturas, ora sendo o autor, ora a vítima (WATSON, ANDREAS, FISCHER & SMITH, 2005), na maior parte dos casos os jovens envolvidos são fragilizados de alguma forma e acabam tendo pouca participação e consequentemente um menor desempenho escolar.

Charlot (2002) classifica as atitudes dos agressores em três categorias: o uso da agressividade, agressão e violência. A agressividade é uma disposição biopsíquica reacional devido à frustração (inevitável quando não podemos viver sob o princípio único do prazer), leva à angústia e à agressividade; a agressão é o uso da brutalidade física ou verbal; e a violência o uso da força física como fator de

dominação. Na escola todas essas atitudes causam danos para quem exerce a violência e principalmente para quem sofre, pois onde era para ser um ambiente de integração, aprendizagem e respeito se torna uma zona de confronto insegura e cruel contribuindo para que os jovens e até mesmo funcionários sintam-se frustrados na escola.

4.2 O negro e a violência escolar

Bourdieu em 1996 trouce o termo da *violência simbólica*, sendo uma violência que se exerce certa cumplicidade de quem sofre e de quem exerce, pois ambos são inconscientes de sofrer ou exercer (BOURDIEU, 1996). Ou seja, a violência simbólica está ligada a um poder simbólico que é quase invisível, esse poder se fortalece porque quase não é notado e movimenta uma série de outros poderes e atos. A partir disso são formados diversos símbolos como a linguagem, arte, religião, que funcionam como instrumento de dominação, tudo que destoa disso é considerado inferior e hostilizado isso acontece na sociedade como um todo e é reproduzido na escola. A violência simbólica diminui as possibilidades de o indivíduo pertencente a uma minoria ascender socialmente e transformar sua realidade (STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010).

A violência simbólica contra os negros na sociedade brasileira pode ser observada com facilidade, mesmo após a “liberdade” o estado se manteve omisso às suas necessidades de inclusão e os negros foram lançados à miséria material, discriminações raciais muitas vezes reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerente à raça (NUNES, 2006). Nas escolas são comuns às situações de violência provenientes do racismo e preconceitos, muitas vezes são cotidianas, multiformes e naturalizadas.

O racismo dentro da escola pode se dar de maneira individual, de um indivíduo para o outro ou institucional, através de filmes, jogos, materiais didáticos etc. Os negros são discriminados por suas características físicas e culturais sejam por seus lábios grossos, cabelos crespos e outros traços físicos ou aspectos culturais que vieram trazidos África (PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2013, p.9).

> As práticas de racismo na população continuam crescendo, sendo que um dos motivos que poderiam ser apontados é o legado histórico da discriminação sobre os negros, provindos de relações escravistas que ocorreram no passado e ainda é visto na atualidade como um estigma que recai sobre eles. O racismo, por vezes, impossibilita ou dificulta a entrada de vários indivíduos na escola, além do que, diversos que sofrem de preconceitos ou discriminação racial acabam não tendo uma educação de qualidade, pois ainda existem escolas em que é visto diferenciação dos alunos negros por parte de educadores e até dos próprios estudantes (OLIVEIRA, 2007. P. 3049).

É muito comum que alguns alunos brancos assumam uma condição de superioridade, devido a todo processo histórico da formação de suas identidades, e dessa forma enxergam uma autonomia em relação às suas ações para fazer chacotas, piadas ou gestos. Na maioria dos casos o despreparo dos agentes escolares para receberem e lidarem com o aluno negro contribui para que situações de violência sejam reproduzidas na escola. As escolas brasileiras não são adequadas para erradicar o racismo que ocorre no seu interior por falta de preparo, esforço dos profissionais, investimentos escolares e materiais didáticos coerentes. As atitudes de violência precisam ser estudadas e discutidas para que a partir disso se formulem práticas concisas e não apenas projetos pontuais e descontinuados.

Quando escola se omite em relação a essas situações ela está afirmando que não existe desigualdade entre os alunos o que não é verdade. Ao contrário disso, devem ser criadas medidas de evitar tais ocorrências e mesmo se com uma articulação dos profissionais isso acontecer, o aluno que sofre a opressão deve ter consciência do que está vivendo e passar por um processo de empoderamento para que consiga se defender de forma apropriada e buscar recursos de apoio.

Todavia, fica evidente nesse capítulo que as manifestações de violência na escola são comuns e totalmente prejudiciais para alunos e agentes escolares, pois ela reproduz problemas sociais gerando uma angustia constante que dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Os casos de violência escolar prejudicam principalmente as vítimas, mas também os outros alunos da, pois gera desunião, dificultando o diálogo e consequentemente o trabalho do professor, que muitas vezes não se posicionam.

Os negros do sistema educacional brasileiro são vítimas de diversas situações de violência originário de pensamentos racistas e preconceituosos que vem de fora na escola, mas é reproduzida em seu interior, isso porque existe um

descaso do estado com essas questões e com isso a maioria dos professores não passam por um procedimento de formação adequado e acabam reproduzindo esses tipos de pensamentos ou simplesmente se omitindo diante das situações de injustiça, comprometendo o desenvolvimento escolar desses alunos que geralmente tendem a se calar.

O próximo capítulo conta com uma síntese de todos os temas abordados até agora para analisar e refletir sobre dois documentários brasileiros, seguido das considerações finais.

5 ANÁLISE DOS DOCUMENTÁRIOS

Neste capítulo, depois de compreender melhor nas seções anteriores, as facetas do racismo e preconceito no Brasil, dois documentários brasileiros serão analisados a fim de desdobrar ainda mais o assunto, sendo eles: “Vista a Minha Pele” (2003) de Joel Zito Araújo e “Alguém Falou de Racismo?” (2002), dirigido por Claudius Ceccon e Daniel Caetano. Para isso utilizarei as contribuições de Penafria (2009) quanto à análise de filmes.

Segundo Penafria (2009), analisar um filme é sinônimo de decompor o mesmo, dessa forma é preciso descrever, estabelecer e compreender as relações. Além disso, é importante esclarecer o funcionamento de um determinado filme para interpretá-lo. Penafria a partir das reflexões de Eisenstein acredita que a análise de filmes deve ser realizada tendo em conta objetivos estabelecidos a priori de maneira rigorosa, atenta e detalhada. Será utilizado o método de análise de conteúdo, este tipo de análise considera o filme como um relato e tem apenas em conta o tema do filme (PENAFRIA, 2009; p. 6).

Primeiramente é preciso identificar o tema do filme, em seguida faz-se um resumo da história e decomposição do mesmo, levando em consideração o que o filme diz a respeito do tema (PENAFRIA, 2009); essa decomposição pode acontecer a partir de cenas destacadas que irão remeter a discussão. Será utilizado também um procedimento de análise que consiste em tirar fotogramas de um filme. Esses fotogramas são um suporte fundamental para a reflexão já que permitem fixar algo movente que são suas imagens (PENAFRIA, 2009), atuam como suporte para reflexões e devem servir como instrumento de trabalho na construção da pesquisa.

5.1 Vista a Minha Pele (2003)

O documentário brasileiro “Vista a Minha Pele” (2003), dirigido por Joel Zito Araújo, desenrola sua trama em 24 minutos de duração, seu gênero é ficcional educativo tendo como tema a discriminação racial no ambiente escolar.

É feita uma analogia da situação racial do Brasil através de uma inversão de papéis na sociedade para discutir racismo e preconceito no ambiente escolar. Nessa história os negros são a classe dominante e os brancos são os oprimidos.

Maria, representada pela atriz Bruna Bonéo, é uma aluna pobre e branca que estuda numa escola particular devido a uma bolsa de estudos, ao perceber uma possibilidade de concorrer a Miss Festa Junina da escola se dedica a participar do concurso enfrentando situações de racismo e preconceito no seu cotidiano escolar, partindo tanto dos outros alunos quanto dos agentes escolares.

Ao se candidatar para o concurso, Maria passa a refletir com mais intensidade sobre a invisibilidade dos grupos oprimidos, nos canais de TV, rádio, jornais e revistas, que dificilmente são representados de maneira positiva e os grupos dominantes estão sempre em posição de destaque tidos como modelos de padrão de beleza. A jovem estudante conta com a ajuda de sua amiga Luana que a incentiva frequentemente a não desistir do concurso, mas ainda assim Maria apresenta bastante insegurança e lida diariamente com questionamentos como: *Garotas assim como eu nunca são escolhidas para uma coisa dessas, quantas atrizes com a minha cor de pele você já viu em novelas?* (figura 01).

Figura 01: Fotograma

Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

A princípio ela não encontra respostas e mesmo com ajuda de alguns colegas se sente pouco amparada em suas dificuldades.

A questão racial no âmbito familiar de Maria também é problemática, seu pai pertencente ao mesmo grupo social, e não acredita que a jovem possa obter sucesso nessa disputa, devido às suas próprias experiências vivenciadas. Afirma que as desigualdades raciais são severas e antigas e que uma mudança seria praticamente impossível. Aqui é possível observar como o racismo e preconceito está enraizado, os grupos subordinados encontram dificuldade de fortalecer sua autoestima e autoconhecimento devido a todas as interferências negativas na formação de suas identidades, o que faz com que seja instalada uma insegurança muito grande acerca das capacidades e qualidades dos mesmos. Essa cena evidencia um conformismo (forçado) com a condição atual desses grupos no país, como se o mais estranho fosse tentar mudar a realidade e não pertencer a ela.

Luana que pertence ao grupo social dominante, mesmo entendendo pouco sobre a realidade de Maria não se conforma com as dificuldades enfrentadas pela amiga, em uma cena onde ela conversa com seu pai o questiona a respeito das ações possíveis para ajudá-la, ele por sua vez responde que: *Eu sei que é importante ajudar, mas a Maria precisa aprender a lutar pelos direitos dela. Não podemos ser paternalistas, você entende? Todo mundo sabe que as leis do Brasil dão oportunidades iguais a todos, aqueles que batalham vencem* (figura 2).

Figura 02: Fotograma

Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

Essa forma de pensar admite que os membros dos grupos subordinados sejam pouco esforçados e por isso possuem maiores dificuldades cotidianas, é uma visão problemática, pois desconsidera os aspectos históricos envolvidos e julga que a ascensão social é um processo individual e não institucional, colocando-os como responsáveis por suas adversidades.

É importante destacar o posicionamento dos professores diante das questões enfrentadas por Maria e os demais alunos não privilegiados, numa aula comum a professora da turma aponta que: *No Brasil todo mundo é igual, independente do sexo, da raça, da origem ou classe social e todos têm os mesmos direitos e deveres* (figura 3).

Figura 03: Fotograma

Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

Esse posicionamento aponta a necessidade da criação de materiais didáticos adequados à realidade e uma melhor formação para os professores, para que eles não reproduzam atitudes preconceituosas, mas também não ignorem as desigualdades existentes tendo condições de amenizá-las.

Outra atitude prejudicial muito comum entre os agentes escolares, demonstrada pelo documentário é o tratamento preconceituoso e estereotipado com os alunos, sendo essa uma violência da escola, descrita por Charlot e que Bourdieu chama de violência simbólica. Um dos professores de Maria acreditava que a jovem

não se alimentava em casa e por isso possuía mais dificuldades que os demais, não considerando que as dificuldades poderiam ser decorrentes do sistema excludente de ensino. Já a professora de história ensinou em uma de suas aulas que os povos escravizados eram desunidos e mal articulados, por isso passaram tanto tempo vivenciando a escravidão (figura 4).

Figura 04: Fotograma

Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

Mesmo desmotivada Maria e Luana saem em busca de votos, nessa jornada a jovem lida com diversas atitudes discriminatórias dos alunos em relação à cor da sua pele, cabelo e modo de se vestir (figura 5).

Figura 05: Fotograma

Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

Mas ainda assim sem o apoio da instituição continuam tentando. O documentário não mostra quem foi à vencedora do concurso e o que fica é a reflexão final de Maria: *A sorte estava lançada, eu queria tanto vencer, mas pensando bem até que a Claudinha tinha razão, mesmo perdendo ninguém nunca mais ia esquecer o que eu fiz nessa eleição e muito menos eu. Mas a verdade é que depois de todas essas aventuras algumas perguntas ainda continuam me incomodando: será que um dia a escola vai valorizar a diferença racial? Será que negros, brancos, índios e orientais vão ser tratados em condição de igualdade? Será que eu dia eu vou poder ver espalhados nos cartazes da escola pessoas parecidas comigo? Será que os professores um dia vão contar que os brancos também construíram esse país? Será que encontraremos nos livros escolares imagens e histórias dos nossos avós? Às vezes eu acho que sim, mas outras vezes eu acho que não* (figura 6).

Figura 06: Fotograma

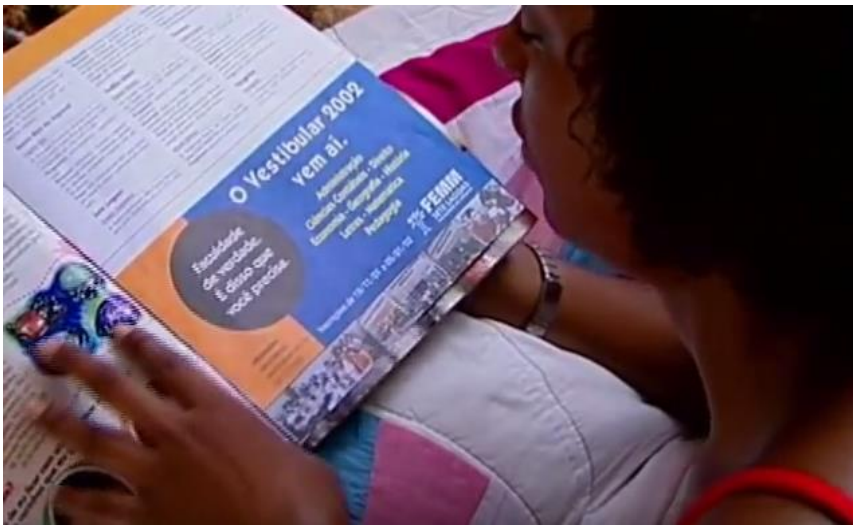
Fonte: *Vista a Minha Pele* (2003)

5.2 Alguém falou de Racismo? (2002)

“Alguém Falou de Racismo?” (2002) é um documentário brasileiro, dirigido por Claudius Ceccon e Daniel Caetano possui 23 minutos de duração e seu gênero é documentário/drama, tendo como tema a discriminação racial nas escolas.

O filme mescla situações fictícias e entrevistas para discutir racismo e preconceito nas escolas. Daniele é uma adolescente negra que mora na periferia, numa manhã comum se surpreende com a propaganda de uma faculdade em que as inscrições para o vestibular foram abertas, ao refletir a jovem conclui que gostaria de cursar medicina, com as expectativas tão elevadas o dia de Daniele prometia ser diferente (figura 7).

Figura 07: Fotograma



Fonte: *Alguém Falou de Racismo?* (2002)

Logo na primeira aula do dia a professora de português propõe para os alunos que realizem uma redação com o tema “o que eu vou ser daqui a dez anos?”. Durante a discussão, os alunos apontam as profissões que gostariam de exercer no futuro, nesse momento pode-se observar que as perspectivas de vida dos alunos negros são muito diferentes dos demais, a maioria deles pretendia trabalhar em carreiras menos remuneradas com teor mais prático e pouco teórico, o que pode indicar tanto a falta de expectativa de mudar de classe social quanto à reprodução de estereótipos que indicam que os negros, obrigatoriamente, devem ocupar espaços menos privilegiados da sociedade.

Daniele por sua vez expõe seu anseio por cursar medicina e vira motivo de chacota na turma, Ronaldo um dos seus colegas diz a ela: *Daniele acorda! Você é no máximo enfermeira* (figura 8).

Figura 08: Fotograma

Fonte: *Alguém Falou de Racismo?* (2002)

A jovem então questiona sua professora dizendo: *A senhora está vendo só que preconceito! Quer dizer então que porque eu sou negra eu não vou poder ser médica?* Ela responde dizendo que com certeza Daniele pode ser o que quiser e propõe para a adolescente e seus amigos que procurem o professor de história e discutam sobre o assunto.

O professor Joel sugere aos alunos que vão até sua casa para terem contato com um material amplo sobre o tema, lá Daniela e seus amigos estudaram gravuras e assistiram a um documentário, com isso as discussões afloraram (figura 9), uma das colegas (branca) considerou que o preconceito está acabando e que hoje em dias os negros são livres assim como os brancos, a diferença é que são mais preguiçosos, como resposta Felipe considera que: *O preconceito está acabando, mas tem gente que que ainda acha que a Daniele não pode ser médica* complementa ainda fazendo referência a atitude do Ronaldo em sala de aula: *O que você disse é que a gente precisa branquear para ser aceito!* Aqui se pode refletir sobre a questão do branqueamento social em que os negros para obterem sucesso profissional são obrigados a afastarem-se da sua cultura devido a um padrão de comportamento imposto, nele é determinado forma de pensar, modo de agir e qualquer coisa que destoe disso é condenado.

Figura 09: Fotograma

Fonte: *Alguém Falou de Racismo?* (2002)

Como tarefa de casa o professor Joel deixa sua câmera fotográfica sob responsabilidade dos alunos e os orienta a saírem à rua entrevistando pessoas desconhecidas com a pergunta: “Onde vão estar daqui a dez anos? Já tiveram experiências onde vivenciaram situações de preconceito?” (figura 10).

Figura 10: Fotograma

Fonte: *Alguém Falou de Racismo?* (2002)

Já com o trabalho finalizado a professora de português abre espaço para que o vídeo seja transmitido em sala de aula, de seis entrevistados, todos negros, só três conseguiram responder como gostariam de estar daqui a dez anos e cinco

relataram já haviam sido vítimas de preconceito racial, mas de forma velada. Isso demonstra como a sociedade é preconceituosa e como o racismo moderno se manifesta de maneira sutil influenciando diretamente na auto imagem dos negros no Brasil.

O documentário termina com o professor Joel abrindo o debate e pouco a pouco os alunos vão manifestando seus desejos de compartilharem experiências, o que leva a pensar que as discussões na casa do professor e as entrevistas realizadas pelos alunos surtiram um efeito muito positivo, não só para eles, mas para toda a turma (figura 11).

Figura 11: Fotograma

Fonte: *Alguém Falou de Racismo?* (2002)

5.3 Discussão

Os dois documentários apresentam como tema a discriminação e o preconceito racial na escola, porém tratam do assunto de maneiras muito diferentes. Em “Vista a Minha Pele” ao propor uma inversão de papéis acredita-se que a visibilidade será maior, mas essa abordagem precisa ser analisada com cautela, pois colocar os brancos no lugar dos negros (e vice-versa) não necessariamente leva o espectador a repensar suas ações, sendo ele negro ou branco. Para os negros que assistiram o documentário pode gerar uma identificação, mas é difícil a partir do filme pensar em possíveis soluções e atitudes para serem tomadas a respeito do racismo no Brasil.

Claro que as indagações de Maria devem ser analisadas de maneira profunda entre os agentes escolares e também pelos espectadores. O ideal seria que estes

questionamentos estivessem mais presentes nos conteúdos de ensino dos professores, materiais didáticos, nas reuniões escolares, entre outros. É interessante no filme observar como a violência escolar é presente no país, sendo ela tanto da escola, quanto na escola e o despreparo dos docentes para lidarem com essas situações. Os alunos oprimidos na maioria das vezes não sabem a quem recorrer, como no caso de Maria e isso compromete todo o processo de ensino-aprendizagem.

O próprio concurso de Miss Festa Junina da escola demonstra uma abordagem negativa que incentiva a competição entre as alunas e desconsidera as questões raciais enfrentadas cotidianamente pelas vítimas de preconceito. Muito diferente disso foi o comportamento da escola representada em “Alguém Falou de Racismo?”, tanto a professora de português quanto o de história, se posicionaram positivamente diante da situação de preconceito vivenciada por Daniela.

Esse documentário é interessante, pois demonstra que é possível tratar de questões raciais na escola de maneira interativa e até mesmo divertida, evidencia o papel fundamental do professor na mediação de situações de conflito propondo debates, redações e trabalhos. Salienta também que o embasamento teórico para a discussão pode ser simples e condizente com realidade da escola, através de fotografias, livros ou vídeos. Além disso, os alunos são representados como desbravadores de seus próprios questionamentos, o espectador que se identificar pode se sentir incentivado a propor uma transformação social e para os docentes pode contribuir para formular ideias de abordagens.

Dessa forma, os dois documentários se passados seguidos de discussões convenientes podem contribuir para o processo de aprendizagem e criação de medidas que venham a contribuir com o combate ao racismo e preconceito no ambiente escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do racismo e preconceito vivenciados pela população negra no Brasil, mais especificamente por crianças e adolescentes no ambiente escolar são decorrentes de um processo histórico doloroso e injusto, que trouxe como consequência exclusão e invisibilidade. O fim da escravidão não significou uma liberdade de fato, pois até hoje os negros estão presos a um sistema falho, onde impera uma falsa democracia racial.

Atitudes discriminatórias são reproduzidas a todo tempo na escola acontecem de maneira bastante cruel, dá-se então a necessidade de agentes escolares conscientes e engajados no combate ao racismo. É claro que escola tem um papel fundamental na formação da identidade dos alunos em geral, mas no caso dos negros esse processo é mais conflituoso devido a todas interferências sociais exteriorizadas na pesquisa. Todavia é fato que posicionamentos impróprios por parte dos profissionais comprometem todo processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

É de extrema importância que a escola não se omita diante de situações de violência, mas que ao contrário disso promova debates entre alunos e professores como demonstra o documentário “Alguém Falou de Racismo?” (2002), que traz uma abordagem positiva para situações de conflitos através de filmes, gravuras e discussões.

Devido à amplitude e complexidade do tema considero necessário que se aprofundem as pesquisas a respeito com a intenção de elaborar metodologias para o combate à discriminação racial, apenas dessa forma será executável a aplicação de medidas concretas para diminuir o desconforto das alunas e alunos negros no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALGUÉM FALIU DE RACISMO? Direção de Claudius Ceccon. Produção de Daniel Caetano. Intérpretes: Daniele Ornellas, Gustavo Melo, Flavia Souza, Amanda Carvalho, Fabio Cabral, Claudia Ventura, Ivan Alves. Música: Sozinho. Rio de Janeiro: Cecip, 2002. (22 min.), *VHS, son, color*.

ANJOS, Karla Ferraz dos SANTOS, Vanessa Cruz; SILVA, Uelber Barbosa. Racismo na escola: com a palavra os professores*. Efdeportes*, Buenos Aires, v. 1, n. 183, p.1-1, ago. 2013.

ASPECTOS gerais da educação e das relações étnico-raciais – Unidade 3 – Racismo no Brasil, 2003, p. 2.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: *Bertrand Brasil S.A*, 1989.

CHARLOT, Bernard. A Violência na escola: como sociólogos franceses abordam essa questão. Porto Alegre: *Sociologias*, 2002. 443 p.

D'ADESKY, Jacques. *Racismos e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 4 v.

GOMES, Nilma Lino. EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, São Paulo, v. 9, n. 2, p.38-47, out. 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. São Paulo: *Revista Antropologia*, 2004.
http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Tatiana-botosso.pdf

IANNI, Octávio. Escravidão e racismo. São Paulo*: Editora Hucitec*, 1988.

LINO, Nilma Gomes. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Educação*, 2002.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. ABOLIÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 36, n. 07, p.83-104, dez. 2009.

MONTEIRO, Paula. GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E DIFERENÇA. 1987. 64 f. *Dissertação (Mestrado)* - Curso de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: *Global; Ação Educativa*, 2004.

OLIVEIRA, José Reinaldo. EDUCAÇÃO E RACISMO: CONHECENDO AS CONTRADIÇÕES DO PASSADO PARA CONSTRUIR A ESCOLA DO FUTURO. 2006. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, UCB, Brasília, 2014.
OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. 2004. 6 v. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade de Harvard, Estados Unidos, 2004.

PAIM, Altair dos Santos; PEREIRA, Marcos Emanoel. Aparência física, estereótipos e discriminação racial: Physical aspect, stereotypes and racial discrimination. *Ciências & Cognição*, Bahia, v. 5821, n. 1806, p.1-17, abr. 2011.

PIMENTEL, Josiane de Jesus Costa; SILVA, Juliana Lemos; SANTOS, Nathalya Aparecida de Melo. RACISMO NA ESCOLA: UM DESAFIO A SER SUPERADO. 2012. 21 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Faculdade Capixaba da Serra -, Serra, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa. *Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. 8. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 1-203.

SANSONE, Livio. Negritude sem Etnicidade. Salvador: *Editora da Ufba*, 2003. 337 p.

SANTOS, Maria Gilda Antas dos. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE APARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA. *Web Aartigos*, São Paulo, v. 5, n. 8, p.1-15, out. 2013.

SCHUCMAN Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. 2010. 12 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. A Instituição Escolar e a Violência. *Revista Feusp*, São Paulo, v. 9, n. 5, p.1-18, jul. 1998.

VISTA MINHA PELE. Direção de Joel Zito Araújo. Produção de Daniel Santiago. Coordenação de Hédio Silva Jr.. Intérpretes: Bruna Bonéo,thuanny Costa, Samira Carvalho, Abayomi Oliveira, Annete Moreira, Marcio Julião, Ana Paulo Mendonça, Gabriel Mota, Maria Ceiça, Bukassa Kabengele, Ailton Graça. Rio de Janeiro: Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2003. VHS, son., color.

Rio Claro, 2017

Aluno: Julia Eliseu de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão